



## COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA – CSSF

### REQUERIMENTO Nº , DE 2013 (Da Senhora Deputada Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública com a finalidade de traçar diretrizes de implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, do RI, a realização de audiência pública para traçar diretrizes de implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, com a participação das seguintes autoridades:

- I) Ministro de Estado da Saúde - **Alexandre Padilha**;
- II) coordenadora da ONG Criola, assistente social e membro do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial XXX – **Lúcia Xavier**; e
- III) representante da Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde - **Mãe Beata**.

### JUSTIFICAÇÃO

O Ministério da Saúde, considerando as diretrizes do Governo Federal para a inclusão social, assim como os princípios e diretrizes de universalidade, equidade, integralidade e participação social do Sistema Único de Saúde – SUS, em consonância às reivindicações históricas dos movimentos sociais negros organizados da população negra, instituiu em 13 de maio de 2009, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN, por meio da portaria GM/MS nº 992.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra assume como marca o reconhecimento do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde, com vistas à promoção da equidade em saúde. Para tanto, precisamos envidar esforços para a implementação da PNSIPN, assim como gerenciar ações para a promoção integral da saúde de negras e negros.

A redução das desigualdades sociais é um dos objetivos do Pacto pela Saúde que visa fortalecer o Sistema Único de Saúde-SUS; e considerando como causas determinantes e condicionantes de saúde: modos de vida, trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais, entre outros, pontuamos que a maioria da população negra vivencia negativamente o impacto do racismo institucional, somado a estes condicionantes para o acesso ao SUS.



Compreender a associação entre raça e determinantes sociais implica o estabelecimento de ações capazes de eliminar as diferenças abissais que encontramos entre as populações negras e não-negras. Portanto, a transversalidade racial nas políticas de saúde impele a adoção de uma metodologia crítico-analítica que observe impacto do enfrentamento do racismo institucional para a promoção da igualdade racial, no intuito de repudiar a manutenção e reprodução das desigualdades raciais. As desigualdades raciais são inequidades perceptíveis através de quantificações, dados estatísticos, quando desagregados por raça/cor, gênero, dentre outras variáveis.

Superar estas inequidades mostra-se como condição essencial para a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, que se reflete na desumanização deste contingente. Ressaltamos que a PNSIPN têm entre as suas estratégias de gestão articular políticas que dialoguem com outros grupos que vivenciam situações de vulnerabilidades, como comunidades e povos tradicionais de matriz africana, a população em situação de rua, LGBT, população privada de liberdade, etc.

O desafio do gerenciamento eficaz e efetivo da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, dentre suas diretrizes gerais, perpassa a promoção do reconhecimento dos saberes e práticas populares de saúde, incluindo aqueles preservados pelas religiões de matrizes africanas, trazendo em si a valorização e prática dos princípios de interculturalidade previstos no Planeja SUS, através da Política Nacional de Educação Popular em Saúde.

Portanto, reunir esforços para a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra soma-se ao compromisso brasileiro de atingir as Metas do Milênio propostos pela Organização das Nações Unidas - ONU para a redução de inequidades e garantia da saúde para todas as cidadãs e cidadãos; assim como, referenda ação direcionada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas de instituição da Década dos Afrodescendentes (2013-2023), enquanto estratégia de fomento de políticas específicas para a população negra com o intuito de construir ações em prol da equidade em saúde.

Sala da Comissão, de 2013.

**ERIKA KOKAY**  
Deputada Federal – PT/DF